

O CONGRESSO, PARADO. E O RECESSO VEM AÍ.

A menos de uma semana do recesso parlamentar, o Congresso — entulhado de projetos que aguardam votação — continua paralisado. Nada menos que 68 vetos presidenciais a medidas anteriormente aprovadas na casa obstruem a pauta. Antes dos vetos, nenhum outro assunto pode ser apreciado, nem mesmo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O aguardado recesso de julho, aliás, depende da votação da LDO. Pela Constituição, a LDO e a Lei Orçamentária da União são os dois únicos dispositivos capazes de atrapalhar ou adiar as férias dos deputados e senadores. “Só um acordo de lideranças desobstruirá a pauta”, desabafou ontem em Brasília o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) ao repórter Ariosto Teixeira, da **Agência Estado**.

Presidente do Congresso, Carneiro busca o acordo para tentar votar os 68 vetos em bloco, isto é, de uma única vez. Não havendo consenso, as votações passam a ser nominais, o que irá exigir convocação extraordinária no mês de julho, quando a campanha eleitoral nos Estados estará em pleno andamento.

“No recesso será impossível conseguir a presença dos parlamentares”, argumenta Carneiro. O deputado José Genoíno (PT-SP) concorda e acrescenta: “Em campanha eleitoral, será difícil reunir o Congresso, no recesso ou depois dele, no segundo semestre”. O próprio Parlamento é que perde com essa indiferença de seus integrantes, raciociona Genoíno: “A sequência de medidas provisórias tem sido grande e alguma coisa tem que ser votada, em respeito à autonomia dos poderes”.

O governo, é claro, tem interesse na aprovação dos vetos, e instrui seus líderes para negociar o acordo. Assim, o senador José Ignácio (PST-ES) e o deputado federal Renan Calheiros (PRN-AL) já anunciaram que negociam o veto presidencial ao artigo da lei das inelegibilidades — que proíbe a candidatura de radialistas e jornalistas que não deixarem as funções quatro meses antes das eleições. Em troca, o Congresso aprovaria em bloco os 67 vetos restantes. Contudo, os líderes do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), e do PSDB,

Euclides Scalco (PR), condicionam o acordo a uma outra questão, que o governo vem rejeitando sistematicamente: a aprovação de uma política salarial que significaria a volta da indexação dos salários à inflação.

“Sem entendimento, os trabalhos não caminharão”, adverte o economista e deputado federal César Maia (PDT-RJ). Além dos vetos presidenciais, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da política salarial — que hoje deve ir ao plenário da Câmara (veja matéria na página 6) — o Congresso está às voltas com uma grande quantidade de questões para aprovar. Entre elas contam-se direitos sociais, como a garantia no emprego e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, que aguardam regulamentação desde a promulgação da nova Constituição em outubro de 1988. Na mesma situação se encontram o plano de benefícios e custeio da Previdência Social — assunto que vem atormentando a vida de milhares de trabalhadores interessados na aposentadoria — além da regulamentação dos juros em 12% ao ano, a lei agrícola, o estatuto do servidor público e o código de defesa do consumidor.

Somam-se a tudo isso cinco medidas provisórias em tramitação no Congresso. Elas abordam o sistema de correção dos depósitos das cadernetas de poupança, a reestruturação da Presidência da República, o reajuste da casa própria, a proibição de a Justiça conceder liminares em ações contra o Plano econômico e, por fim, a que reestrutura o Conselho Monetário Nacional. Além delas, o governo deve enviar ao Congresso, até a próxima sexta-feira, uma outra que trata da reposição das perdas salariais anteriores ao plano. A medida que fixa as normas para reajuste da casa própria perderá efeito no dia 8 de julho próximo. Para continuar a ter validade, o governo terá de reeditá-la — e, constitucionalmente, quando o Executivo envia ao Congresso uma medida provisória, este tem o prazo de cinco dias no máximo para se reunir em sessão extraordinária. “Vamos ver se conseguimos discutir as questões mais importantes em tempo recorde ainda nesta semana”, prevê José Genoíno.

Congresso Nacional
018
Reportagem 0114

Amâncio Chiodi/AE